



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

173

ED no MS Nº 0307805-9

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Eric de Oliveira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MEDICAMENTOS TELAPREVIR (INCIVO) 375 MG, INTERFERON PEGUILADO ALFA-2 A OU ALFA-2 B, E RIBAVIRINA. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA HEPÁTICA CRÔNICA SECUNDÁRIA A INFECÇÃO PELO VÍRUS DA HEPATITE C, GENÓTIPO 1b. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. **1.** Os artigos 5º, *caput*, e 196, *caput*, da CF/88 foram expressamente enfrentados no acórdão embargado. **2.** As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) restaram afastadas ao argumento de que a prestação jurisdicional deferida não invade a seara administrativa, eis que *“apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República”*. **3.** O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. **4.** De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória. **5.** Embargos declaratórios improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 0307805-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 08 de outubro de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

174

ED no MS Nº 0307805-9
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco
EMBARGADO: Eric de Oliveira
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para fins de prequestionamento, interpostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 0307805-9, pelo qual se concedeu a segurança, "em ordem a tornar **definitiva** a liminar concedida initio litis, para o fim de determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento, ao impetrante, dos medicamentos Telaprevir (INCIVO) 375 mg, Interferon Peguilado Alfa-2 a ou Alfa-2 b, e Ribavirina, necessários ao seu tratamento, conforme os 'relatórios médicos' (fls.49/50) e o 'receituário médico' (fl.51), subscritos pelo Dr. Fábio Marinho do Rêgo Barros (CRM 11285), do Hospital das Clínicas."

A decisão embargada restou assim ementada:

"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DOS MEDICAMENTOS TELAPREVIR (INCIVO) 375 MG, INTERFERON PEGUILADO ALFA-2 A OU ALFA-2 B, E RIBAVIRINA. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA HEPÁTICA CRÔNICA SECUNDÁRIA A INFECÇÃO PELO VÍRUS DA HEPATITE C, GENÓTIPO 1b. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. De proêmio, afastou-se a alegação de impossibilidade jurídica do pedido, visto que o pleito em apreço (fornecimento de medicamento essencial) vem sendo largamente acolhido pela jurisprudência pátria, tratando-se de matéria já sumulada por este Tribunal. 2. Na seqüência, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 3. A necessidade/eficácia dos medicamentos solicitados, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade (dentre aquelas padronizadas e disponibilizadas pelo SUS), a falha terapêutica dos tratamentos disponibilizados pelo SUS, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação dos 'relatórios médicos' e do 'receituário médico' acostados aos autos, subscritos pelo Dr. Fábio Marinho do Rêgo Barros (CRM 11285), do Hospital das Clínicas, cujos conteúdos não foram contraditados, isto a satisfazer, segundo o entendimento jurisprudencial prevalecente, o requisito da prova pré-constituída. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento dos medicamentos pleiteados é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Segurança concedida, em ordem a tornar definitiva a liminar concedida initio litis, para o fim de determinar à autoridade impetrada que assegure o fornecimento, ao impetrante, dos medicamentos Telaprevir (INCIVO) 375 mg, Interferon Peguilado Alfa-2 a ou Alfa-2 b, e Ribavirina, necessários ao seu tratamento, conforme os 'relatórios médicos' (fls.49/50) e o 'receituário médico' (fl.51), subscritos pelo Dr. Fábio Marinho do Rêgo Barros (CRM 11285), do Hospital das Clínicas. 7. Via de consequência, declarou-se prejudicado o Agravo Regimental interposto (AgR no MS 0307805-9). 8. Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

175.

Argúi o embargante, em suas razões recursais: (i) que o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, diante do que necessário seria o seu esclarecimento para fins de prequestionamento explícito, possibilitando-se o acesso às instâncias superiores, a teor das súmulas 282 e 356 do STF; e (ii) que o acórdão impugnado não teria se manifestado expressamente acerca da aplicação ao caso em tela dos seguintes dispositivos constitucionais e legais: arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI, e 196 da CF/88.

É o essencial a relatar.

As razões dos embargos, em verdade, constituem basicamente a reprodução dos argumentos expendidos no referido Mandado de Segurança (nº 0307805-9), agora com a indicação expressa dos dispositivos constitucionais supostamente violados, em relação aos quais me pronunciarei, em atenção ao pleito de prequestionamento explícito.

No que se refere aos artigos 5º, *caput*, e 196, da CF/88, tenho que os mesmos foram expressamente enfrentados no acórdão ora embargado, que consignara:

"4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento dos medicamentos pleiteados é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal."

As alegações de contrariedade aos princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88), da legalidade e da eficiência da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88), e bem assim ao inciso XXI do referido artigo (compra de medicação mediante licitação pública) restaram implicitamente enfrentadas no seguinte trecho do acórdão impugnado:

"5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República."

O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.

De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Tenho por inexistentes, pois, as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual **nego-lhes provimento**.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator